



ID: 18882311

21-11-2007

DESTAQUE
FRAUDE
FISCAL

{DE}

SEM MEDO DO FISCO

GRANDES EMPRESÁRIOS REJEITAM EM ABSOLUTO AS ACUSAÇÕES DE AMARAL TOMAZ.

Paula Cravina de Sousa e Margarida Peixoto
psousa@economicasgpps.com

O secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Amaral Tomaz, voltou ontem a colocar no centro da discussão as grandes empresas, depois de, na semana passada, ter afirmado que estão ligadas a esquemas de fraude fiscal. Ontem acrescentou o branqueamento de capitais. O ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, afirmou que as declarações do secretário de Estado sobre fraude fiscal nas grandes empresas são "um falso segredo, de polichinelo". O responsável assegurou ainda que "a administração fiscal não chegou aos seus limites" e que tem sido feito um reforço da inspeção. "Não me admira que, com o aumento da identificação da fraude e evasão fiscais, haja também um aumento de litigância". Perante este clima de suspeição, o fiscalista Diogo Ortigão Ramos afirma: "Se há conhecimento de grandes empresas ligadas à fraude fiscal, devem vir para a praça pública".

A reacção dos empresários ouvidos pelo Diário Económico a estas acusações é de absoluta rejeição. Belmiro de Azevedo, 'chairman' da Sonae, defendeu mesmo: "Somos mais cumpridores nas nossas obrigações fiscais do que o Estado é conosco. Somos superexemplares", rematou. Já Henrique Neto, presidente da Iberomoldes, considera que "os planos fiscais para pagar o mínimo de impostos possível não são ilegais e o ministro e o secretário de Estado deviam sabê-lo". De resto, acrescenta: "Se as grandes empresas fogem ao fisco é porque o Governo tem deixado. São os grandes grupos os mais protegidos pelo Governo, logo é contraditório que só agora as tenha descoberto. Talvez seja pelas obrigações financeiras do Orçamento que há tem de cumprir". Filipe Botton da Logoplaste garante: "Quem não deve não teme; eu sou inspeccionado com alguma regularidade pelo fisco e nada tenho a temer. No entanto, foram afirmações gratuitas e abusivas, que põe em causa os empresários que pagam os seus impostos e que fazem existir a economia do país", concluiu. Por último, António Pires de Lima, presidente da Unicer, defendeu que, "se o há razões para sustentar as acusações, o Governo deve actuar. No entanto, proferir afirmações genéricas é de uma grande irresponsabilidade, é lançar suspeitas sobre as empresas cumpridoras, quando são elas que têm aju-

dado a reduzir o défice." O Diário Económico contactou também a PT e a EDP, que não teceram comentários, enquanto João Salgueiro da Associação Portuguesa de Bancos (APB) ressaltou que "o secretário de Estado não particularizou".

Correcções à matéria colectável

A correcção de impostos nas empresas aumentou 54,2% nos primeiros nove meses do ano, com as PME a subir 19,3%, avançou Amaral Tomaz, durante a sessão da Comissão de Orçamento e Finanças de ontem. E o aumento de 54,2% no total implica que a subida das correcções sobre grandes empresas tenha sido superior à das PME. Um reflexo da política governamental para a inspeção tributária, "de acompanhar permanentemente o comportamento tributário das grandes empresas em geral e do sector financeiro em particular", de acordo com o Plano de Actividades para 2007 da Direcção de Serviços de Inspeção Tributária. A atenção do Fisco está em sectores como a construção, sucatas e clubes de futebol.

Mas os fiscalistas relembram que fraude fiscal não é o mesmo que correcções à matéria colectável. "O que é fraude é crime e deve ser punido, outra coisa são as interpretações sobre a matéria colectável", afirmou Diogo Ortigão Ramos. Relativamente às correcções, Amaral Tomaz afirmou que "alguns empresários deviam ter vergonha da sua atitude e corrigi-la e outros deviam ter mais cuidado quando se aconselham com advogados que não são os mais capacitados". Em reacção, José Miguel Júdice afirmou que o responsável "não conhece a realidade já que as grandes empresas vêm ter com os advogados para resolver problemas e não criá-los", acrescentando que "quem decide se a matéria colectável está bem ou mal calculada são os tribunais e não os serviços de Finanças". No mesmo sentido, Ortigão Ramos recorda que 70% dos processos são decididos contra a Administração Tributária. "Imagine se fossem todos bons advogados", reforçou. Também o fiscalista João Espanha referiu que as grandes empresas "aconselham-se junto de várias empresas especializadas. Fazer correcções não é difícil, é preciso é saber se elas estão correctas", concluiu. ■com J.P.

Estado deve mas não quer publicitar

Perante a exigência de rigor que a Administração Fiscal tem vindo a exigir dos contribuintes, o CDS-PP tem pedido a reciprocidade das regras. Ou seja, o Estado ser obrigado a publicar não só uma lista de devedores, mas também uma lista de credores. Para o CDS-PP, o atraso no pagamento do Estado aos seus fornecedores coloca "situações graves de liquidez às empresas". De acordo com um relatório recente do Tribunal de Contas, os maiores credores do Estado são empresas do sector farmacêutico e construção. No entanto, ontem no Parlamento o ministro das Finanças voltou a deixar a proposta sem resposta concreta, limitando-se a sublinhar que o Governo introduziu medidas no OE que visam acelerar os pagamentos às empresas.



BELMIRO DE AZEVEDO
'Chairman' da Sonae



JOÃO SALGUEIRO
Presidente da APB



FILIPE BOTTON
Presidente da Logoplaste



PIRES DE LIMA
Presidente da Unicer



HENRIQUE NETO
Presidente da Iberomoldes

■ Belmiro de Azevedo reagiu às declarações do secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, contrapondo com o incumprimento do Estado: "Somos mais cumpridores nas nossas obrigações fiscais do que o Estado é conosco".

■ O presidente da Associação Portuguesa de Bancos (APB) optou por não fazer comentários às acusações de Amaral Tomaz, ressaltando que "o secretário de Estado não particularizou" as empresas a que se referia.

■ O empresário não tem dúvidas: "Quem não deve não teme e eu nada tenho a recear". No entanto, "as afirmações foram abusivas e põem em causa os empresários que pagam os seus impostos e são quem faz existir a economia do país".

■ "Declarações perigosas", diz o empresário. "Se a administração fiscal tem razões para sustentá-las, deve agir, mas frases genéricas de figuras do Governo são uma irresponsabilidade. Pior quando as empresas é que têm ajudado a resolver o problema do défice."

■ O empresário considera que "se as empresas fogem ao fisco o Governo já devia ter sabido e agido". E acrescenta: "Talvez só agora venha a lume como um desabafo do Governo, porque há necessidades financeiras para cumprir o Orçamento do Estado."

